



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da Contratação:

De acordo com a Lei nº 9.394/1996 (LDB) é um dever do Estado promover o "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde". Também consta na LDB, em especial no art. 11, inciso, VI, que é dever do Município "assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal", sendo a mesma obrigação prevista para o Estado (art. 10, inciso VII). Como é de conhecimento, o município recebe repasses (PNATE e Estado) para custear/auxiliar no custeio do transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino, justificando-se assim a contratação. Vale destacar que o município não possui frota e servidores suficientes para realizar o transporte de forma própria, revelando-se necessária a contratação de empresa especializada.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual:

Não há plano de contratações anual.

3. Levantamento de Mercado e identificação da solução que melhor atende a necessidade:

Uma das alternativas, como citado no item de nº 1 do ETP, seria a realização do transporte pela própria municipalidade, contudo, não há veículos suficientes e mão de obra (servidores) para a execução do serviço (apenas um motorista que realiza parcialmente o transporte dos alunos da APAE/AMA). Portanto, considerando a necessidade justificada também no item de nº 1 do ETP, não resta outra alternativa à não ser a terceirização dos serviços.

4. Descrição, quantidade, preço:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

(x) Utilizado comparativo de valores anexo – *deixar tabela acima em branco*

4.1. Descrever com base em que foi realizada a estimativa das quantidades:

De acordo com a quantidade de dias letivos, bem como, da quantidade de quilômetros “rodados” diariamente. Atualmente, a quantidade de dias letivos varia de acordo com cada unidade escolar, em torno de 200 (duzentos) à 210 (duzentos e dez) dias letivos por ano - o consumo diário (útil) é de aproximadamente 920~950 quilômetros - acrescentou-se também quilometragem à mais para eventuais necessidades de alteração/ampliação de rotas/trajetos (fora requisitada inclusão de cláusula neste sentido) e para projetos pedagógicos complementares (conhecendo Schroeder, desfile cívico, criança em dança, pura poesia, jogos escolares entre outros), os quais impactam no aumento da quilometragem em determinados dias/períodos - vale destacar que toda a aferição é realizada via monitoramento GPS, que é um dos requisitos da contratação.

4.2. Descrever com base em que foi feita a estimativa dos valores:

Orçamentos com fornecedores.

5. Requisitos da contratação:

- I. Implantar os serviços no início do ano letivo de 2025 (conforme calendário à ser lançado pela Secretaria de Educação Municipal e Estadual);
- II. Ciência de que os serviços devem serão executados e pagos somente durante o período letivo, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Estado da Educação, e que, poderão ocorrer eventuais suspensões da prestação de serviço em caso fortuito e força maior (como ocorrido quando da pandemia/COVID – suspensão das aulas presenciais).

5.1. Obrigações da empresa vencedora (conteúdo extraído dos últimos processos de licitação e realizada pequenas adequações):

5.1.1. Com relação aos veículos:

- I. Disponibilizar veículos em boas condições de uso.
- II. Arcar com todas as despesas relativas:
 - a) quanto ao veículo: combustível, troca de óleo, lubrificantes, e demais suprimentos; taxas de pedágios, lavagem do veículo, e outros necessários ao fiel cumprimento dos serviços contratados.



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SCHROEDER

- b) quanto ao motorista: despesas com hospedagem, alimentação, e outras despesas pessoais necessárias ao fiel cumprimento dos serviços contratados.
- c) quanto a taxas: pedágios, e outros necessários ao fiel cumprimento dos serviços contratados.
- III. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como, substituição de peças desgastadas, realizando as manutenções preventivas na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.
- IV. Disponibilizar veículos devidamente abastecidos e equipados com tacógrafos, além de outros itens obrigatórios que por ventura sejam necessários para a prestação dos serviços.
- V. Substituir o(s) veículo(s), a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abalroamento, reparos mecânicos, má conservação, sem condições de segurança, higiene ou limpeza. A Contratante poderá inspecionar os veículos e, se constatar alguma irregularidade, notificará a Contratada.
- VI. Fazer seguro e manter as apólices vigentes dos seguros do casco, contra terceiros e danos pessoais.
- VII. Manter coberto por apólices os seguros legalmente obrigatórios.
- VIII. Disponibilizar a quantidade de veículos compatíveis com a execução dos serviços – atualmente, em razão das rotas estabelecidas, como consta no Anexo I – Termo de Referência, em determinado período são utilizados 7 (sete) veículos;
- IX. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo.
- X. Deverá a mesma possuir garagem no município de Schroeder, ou caso não possua, as rotas terão sua distância calculada a partir do endereço da Secretaria Municipal de Educação.
- XI. Para controle dos serviços prestados os veículos utilizados para prestação dos serviços devem possuir sistema de rastreamento e monitoramento (em tempo real) via satélite por GPS, GSM, GPRS, com disponibilização de sistema de gerenciamento com acesso via WEB. Deve ser possibilitado o acesso do sistema, mediante a criação de um usuário para a municipalidade. Os dados devem ficar disponíveis para consulta pelo período mínimo de 6 (seis) meses, devendo indicar, de forma individualizada, as rotas realizadas, os horários dos percursos, a quilometragem percorrida, e outros dados necessários para um controle da prestação dos serviços, possibilitando inclusive a emissão de relatórios gerenciais.
- XII. A contratada deverá disponibilizar de veículos que atendam as normas de acessibilidade, conforme os termos da Resolução CONTRAN nº 961/2022; Lei nº 13.146/2015, em consonância com o art. 208, inciso III da CF/88.
- XIII. Os veículos da contratada devem atender todos os quesitos estabelecidos nos arts. 136, I a VII; 137; 138, I a V, e 329 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503 de 23 de Setembro de 1997), os quais, citamos:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.



Estado de Santa Catarina **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

- I - ter idade superior a vinte e um anos;*
- II - ser habilitado na categoria D;*
- III - (VETADO)*
- IV - não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses;*
- V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.*

Art. 329. Os condutores dos veículos de que tratam os arts. 135 e 136, para exercerem suas atividades, deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

XIV. Por referência a minimização de riscos, interrupção do atendimento por problemas mecânicos dos veículos, conforto e segurança máxima devida aos estudantes, em atendimento aos pressupostos do direito do transporte escolar, segundo o previsto no art. 11, VI, da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e Resolução nº 01, de 20 de abril de 2021, do FNDE, os veículos a serem utilizados no transporte em comento devem possuir, como determina a resolução citada, no máximo 10 (dez) anos de uso.

5.1.2. Com relação aos motoristas:

- I.** Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.
- II.** Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que irão prestar os serviços, encaminhando à Contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- III.** Manter em serviço, somente profissionais capacitados, portando crachá de identificação individual.
- IV.** Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.
- V.** Responsabilizar-se, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.
- VI.** Providenciar treinamentos e reciclagens necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.
- VII.** Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.
- VIII.** Atender, de imediato, as solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- IX.** A empresa vencedora deverá fornecer os dados dos motoristas que prestarão os serviços durante a execução do contrato, inclusive identificando as “linhas” que executarão. Havendo alteração destes, deverá ser realizada imediatamente a comunicação da contratante.

5.1.3. Das obrigações e disposições diversas:

- I.** É de responsabilidade da CONTRATADA, manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou que se façam necessárias para a execução dos serviços, em especial, aquelas dispostas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- II.** Observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores sob o contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências inerentes à matéria.
- III.** Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.
- IV.** Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.
- V.** Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais e tarifas rodoviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.
- VI.** Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à Contratante, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.



Estado de Santa Catarina **MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

- VII.** Os itinerários/rotas previstas no “Termo de Referência – Rotas” podem ser alterados de acordo com as necessidades da contratante, sendo possível, inclusive, a criação de novas “linhas” e até mesmo o cancelamento de “linhas” existentes.
- VIII.** Os serviços serão realizados de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Estado da Educação, incluindo as atividades pedagógicas extras e outras atividades que incluam a participação de alunos, mediante solicitação formal, segundo os quantitativos e descrições dos itinerários a serem percorridos.
- IX.** A contratada deverá cumprir as medidas do Plano Municipal de Contingência-educação para prevenção, monitoramento e controle da disseminação da covid-19 nos estabelecimentos dos diversos níveis de educação/ensino.
- X.** Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente.
- XI.** A empresa vencedora deverá fornecer atendimento ao público dentro do Município, no horário comercial de segunda-feira a sexta-feira.

6. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Tendo em vista a continuidade dos serviços, há necessidade de parcelamento.

7. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

Tendo em vista o sustentado no item de nº 3, não há outra alternativa viável no presente momento a não ser a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços. Ressalta-se que para a prestação dos serviços pela municipalidade, necessitaria de um investimento substancial para aquisição de frota (ônibus), o que é inviável no presente momento, em razão do alto custo.

8. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

Não se aplica ao caso.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não há.

10. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

Como citado no item de nº 5.1.3, inciso “X”, trata-se de obrigação da empresa contratada.

11. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

Vide itens de nº 1, 3 e 7 do ETP. Como citado, a contratação de empresa terceirizada é a medida que se impõe.

12. Data e Assinatura de quem fez o Estudo Técnico Preliminar

Schroeder, 8 de outubro de 2024.

Martina Larissa Duve Ancini
Assessor 2 - Gerencia Administrativa

Tiago Rafael Muchalski Petry
Gerente Administrativo